

PROCESSO - A. I. Nº 09320741/03
RECORRENTE - SINEUSA DE ALMEIDA BORGES (PAIS & FILHOS MAGAZINE)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5º JF nº 0107-05/05
ORIGEM - INFAZ BOM JESUS DA LAPA
INTERNET - 13/12/2006

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0427-1/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. CONTRIBUINTE IDENTIFICADO REALIZANDO OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. EXIGÊNCIA DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Modificada a Decisão recorrida. Comprovado pelo contribuinte autuado a emissão de nota fiscal modelo 1, para acobertar a operação questionada. Infração descaracterizada. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 5ª JF, que julgou o Auto de Infração Procedente – Acórdão JF nº 0107-05/05 – para aplicar multa no valor de R\$690,00, por ter sido constatado que o contribuinte realizou venda de mercadoria a consumidor final sem a emissão do respectivo documento fiscal, apurada mediante auditoria de caixa.

Na impugnação inicial, o recorrente afirmou que, sendo empresa que fabrica artefatos têxteis, normalmente emite nota fiscal modelo 1 (anexou cópia da Nota fiscal nº 000069), fato não considerado pelo preposto fiscal, que, chegando ao seu estabelecimento, somente solicitou o talonário de notas fiscais de vendas a consumidor e, não vendo nenhuma nota fiscal emitida naquele dia, foi lavrado o presente Auto de Infração.

Consta no voto da relatora da 1ª Instância o seguinte;

“A fiscalização estadual, no dia 3/5/2005, procedeu a uma auditoria de caixa no estabelecimento do autuado, objetivando comprovar se existiam vendas á consumidor final sem emissão de notas fiscais. Nesta auditoria, constatou a existia da quantia, em espécie, de R\$250,00 sem emissão de uma única nota fiscal. Para apurar esta diferença, solicitou os talões de notas fiscais de vendas á consumidor final e contou o numerário existente no caixa. Trancou a Nota Fiscal nº 011437, emitiu a de nº 011438 para acobertar o valor apurado e cobrou a multa ora impugnada.

Para desconstituir a penalidade aplicada, o autuado afirmou que a autuante não havia lhe solicitado o talonário de notas fiscais, modelo 1, onde poderia constatar venda no valor encontrado no seu caixa.

Embora a auditora que prestou informação tenha entendido que deveria ser verificada a veracidade da afirmativa do autuado, através da numeração seqüência dos documentos fiscais, entendo que esta verificação, mesmo realizada, não tem o condão de descaracterizar a irregularidade apurada. Analisando o demonstrativo de auditoria de Caixa, preenchido no momento da ação fiscal e na presença de preposto da empresa, que o assinou, consta não ter sido apresentado qualquer outro talonário que não fosse aquele de venda á consumidor. Observo que neste demonstrativo o campo para vendas com nota fiscal, modelo 1, está passado um traço, significando dizer que não houve, por parte do autuado e naquele momento, qualquer informação a respeito da alegada venda. Se, acaso, pois não comprovado, a autuante não buscou os outros talonários existentes, caberia ao impugnante

apresentá-los, comprovando assim, e de imediato, o valor, em espécie, existente no caixa de sua empresa.

No mais, as cópias das notas fiscais, modelo 1 apresentadas comprovam, apenas, que embora o autuado também as utilize, suas vendas são realizadas, em sua maioria, á consumidor final, pois em abril e junho de 2005 somente duas vendas, por mês, foram realizadas através de nota fiscal, modelo 1 (nº 000067, 000068, 000070 e 000071) e em maio, mês da autuação, apenas uma e justamente no dia da autuação e no valor apurado.

Neste contexto, ficou provado que o impugnante, no momento da fiscalização, possuía em seu caixa o valor de R\$250,00 sem qualquer comprovação e sem emissão de qualquer documento fiscal, o que caracteriza vendas desacobertas de documento fiscal, diante das determinações emanadas da legislação tributária vigente (art.42, XIV-A, ‘a’, da Lei nº 7.014/96).”

No seu Recurso Voluntário, o recorrente repetiu o que já havia dito na impugnação inicial, ou seja, que o autuante lavrou o Auto de Infração porque não viu o talonário de notas fiscais modelo 1 – até porque não solicitou. [A cópia da nota fiscal supostamente emitida para acobertar a venda no valor de R\$250,00, a de n.º 69, encontra-se à fl. 13 dos autos].

O representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, acatou o “Relatório” da JJF e disse que, a própria auditora autuante e a JJF cuidaram de esclarecer todas as dúvidas e de investigar a alegação apresentada pelo autuado através de diligência realizada por auditores estranhos ao feito, “*que confirmaram as condições de direito material da autuação*”.

Pontuou que, por seu turno, no Recurso Voluntário interposto e na sua “Manifestação sobre o Parecer ASTEC”, o contribuinte apenas repete as alegações da impugnação e não acrescenta nenhum documento novo ou produz provas que possam elidir as infrações.

Opinou pela manutenção do lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da exigência de multa, no valor de R\$690,00, prevista no artigo 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, porque o contribuinte teria realizado operações de vendas sem emissão de documentação fiscal correspondente.

Este fato teria sido constatado mediante “auditoria de caixa” (fl. 2), que nada mais é do que um rito sumário de contagem do dinheiro “em caixa”, cuja soma é confrontada com os documentos fiscais emitidos naquele determinado dia, até aquele momento.

Como foi dito pela Relatora da Decisão recorrida, o autuante “trancou” a Nota Fiscal nº 011437, emitiu a de nº 011438 para acobertar o valor apurado e cobrou a multa questionada.

A tese recursal é simples: o autuante não solicitou o talão de nota fiscal modelo 1, onde, teoricamente, teria visto que a nota fiscal n.º 69, que acobertava a venda de 25 camisas no valor de R\$250,00, havia sido emitida.

Em que pese a excelente fundamentação do voto inserto na Decisão recorrida, ousou discordar da mesma, bem como do representante da PGE/PROFIS.

Como já dito, o autuante “trancou” o talão de nota fiscal de venda a consumidor, mas, apesar de toda a tecnologia que lhe é disponibilizada, deixou de verificar quais os talonários autorizados e impressos que detinha o contribuinte e, por conseguinte, deixou uma “brecha”, o talão de nota fiscal modelo 1.

O fato de terem sido realizadas em abril e junho de 2005 somente duas vendas por mês, através de nota fiscal modelo 1 (nºs 000067, 000068, 000070 e 000071) e em maio, mês da autuação, apenas uma e justamente no dia da autuação e no valor apurado, bem como ter sido passado “um traço” no campo destinado a este documento fiscal (este “traço” existe em todos os campos), base para a conclusão da Decisão recorrida, é apenas circunstancial, não servindo de prova definitiva do

cometimento da infração, pois não é possível afirmar que aquela operação – venda de 25 camisas no valor de R\$250,00, acobertada pela nota fiscal modelo 1 de n.º 69 – não ocorreu.

Também, não existiu Parecer da ASTEC e, menos ainda, manifestação do contribuinte acerca do seu conteúdo.

O autuante “pisou na bola” ao deixar de verificar no cadastro do contribuinte quais documentos fiscais este possuía, e, conseqüentemente, não comprova a acusação.

Pelo que expus, concluo que a Decisão recorrida merece reparo, e voto pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para julgar IMPROCEDENTE o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração n.º 09320741/03, lavrado contra **SINEUSA DE ALMEIDA BORGES (PAIS & FILHOS MAGAZINE)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de novembro de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS